

Ata nº. 20/2025

Reunião Ordinária do Conselho Municipal Assistência Social

No dia 4 de novembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, foi realizada na Sala dos Conselhos, localizada na Avenida Senador Laurindo Minhoto, 310, a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/Tatui. A reunião foi iniciada com uma prece e presidida pela senhora Patrícia Elaine Vieira Conquista, presidente do Conselho. Abrindo os trabalhos, a mesma agradeceu a participação dos conselheiros e na sequência concedeu a palavra à Sr^a Débora Cristina Franco Nunes Rosa, Gestora Municipal de Assistência Social. Antes de iniciar a prestação de contas, esta solicitou aprovação de utilização de verba remanescente oriunda de Emenda Parlamentar, para compra de equipamentos no valor de aproximadamente R\$700,00, para compra de cadeiras para uso na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, sendo APROVADA, pelo colegiado. Na sequência a gestora explanou sobre o Demonstrativo Sintético de Serviços/Programas e Projetos do Governo Federal, que se refere à Prestação de Contas dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social para o exercício do ano de 2024. Com o uso de datashow, ela apresentou slides detalhando cada Bloco de Proteção, onde foram demonstrados o saldo inicial, os valores recebidos no exercício de 2024, os rendimentos, o total de despesas e o saldo a reprogramar para o exercício de 2025. Todas as despesas foram apresentadas agrupadas por gêneros, facilitando a compreensão dos dados. Foi destacado que todas as Notas Fiscais, empenhos contábeis e recibos estão disponíveis para consulta dos conselheiros e permanecerão arquivadas na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. A aprovação dos saldos a reprogramar foi deliberada da seguinte forma:

- **IGD – PBF/PAB e Cadastro Único:** R\$ 347.969,95
- **IGD SUAS:** R\$ 29,17
- **Proteção Social Básica:** R\$ 110.443,25
- **Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade-MAC:** R\$ 279.274,46
- **PROCAD- Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no SUAS:** R\$ 8.534,33
- **BPC na Escola:** R\$ 36,94
- Recurso Extraordinário**
- **EPI (COVIDEPI):** R\$8,88
- **ALIMENTOS (COVIDALI):** R\$ 0,00 (conta zerada)
- **ACOLHIMENTO (COVIDACO):** R\$ 0,00 (conta zerada)

Emendas Parlamentares

- **Emenda Parlamentar- Conta 58953-5:** R\$ 77.046,03
- **Emenda Parlamentar- Conta 57390-6:** R\$ 32,27
- **Emenda Parlamentar- Conta 57445-7:** R\$ 7,79
- **Emenda Parlamentar- Conta 57446-5:** R\$ 34,78
- **Emenda Parlamentar- Conta 57447-3:** R\$ 101,62
- **Emenda Parlamentar- Conta 57434-1:** R\$ 424,24
- **Emenda Parlamentar- Conta 58293-X:** R\$ 28,42
- **Emenda Parlamentar- Conta 59821-6:** R\$ 2.607,58
- **Emenda Parlamentar- Conta 56698-5:** R\$ 134,97
- **Emenda Parlamentar- Conta 60453-4:** R\$ 52,15
- **Emenda Parlamentar- Conta 60448-8:** R\$ 27,23
- **Emenda Parlamentar- Conta 60447-X:** R\$ 32,18
- **Emenda Parlamentar- Conta 54830-8:** R\$ 11.566,44

Em referência à Emenda Parlamentar- Conta 54830-8, valor R\$11.566,44, a Gestora destacou que este valor foi devolvido, sem aprovação prévia deste conselho, porém em contato com o setor de contabilidade da Prefeitura, acredita-se que este valor foi devolvido, uma vez que passou o prazo para gastar, e é de suma importância que seja registrado nesta presente ata para que o colegiado tome ciência. Encerradas as apresentações, a presidente Patrícia Elaine Vieira Conquista agradeceu à Gestora Municipal pela explanação e ao Sr. Gleidson, Coordenador do Projeto Viva Leite, para que toda a Prestação de Contas ocorresse de forma clara e transparente. Colocada em votação, após análise dos Conselheiros, a Prestação de Contas- Recurso Federal do exercício de 2024 foi **APROVADA**, conforme constará no próprio Demonstrativo Sintético Online e na Resolução que será publicada, posteriormente, por este Conselho. Dando prosseguimento à reunião foi lido o ofício do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convidando para a reunião interconselhos, cujo objetivo é promover o levantamento de legislações e ações conjuntas entre os conselhos municipais. Não há data nem horário definidos para o encontro; inicialmente, foi solicitado apenas que cada conselho indique seus representantes. Foram indicadas como representantes do CMAS: Marcia, Thais e Daniele. Ficou acordado que, tão logo a data e o horário sejam definidos, a Secretaria Executiva informará as conselheiras. Posteriormente foram lidos os ofícios da Associação das Pessoas com Deficiência – APODET (Termo de Colaboração 008/2025): Ofício 42/2025- Solicitação de remanejamento de R\$ 1.600,00, originalmente destinados a serviços de limpeza e conservação, para a categoria alimentação. A solicitação foi aprovada, com orientação de atualização do cronograma e envio ao setor de prestação de contas, lembrando que este procedimento ainda é permitido para termos de 2024; para os de 2025, não será mais autorizado. Ofício 43/2025 (Termo de Colaboração 008/2025): Solicitação de Remanejamento de R\$ 1.758,00, sendo: R\$ 758,00 de material acessível de orientação e mobilidade; R\$ 1.000,00 de material de limpeza e alimentação; transferência do valor total para Recursos Humanos, uma vez que não houve

utilização integral do recurso resultando em saldo remanescente, solicitação aprovada. Em relação às Emendas Parlamentares, a Gestora, Sr^a Débora, informou que as mesmas passaram da situação de empenhadas para ordem bancária efetivada, embora os valores ainda não constem em conta. Espera-se que o depósito ocorra nos próximos dias. Foi ressaltado que, assim que os valores forem creditados, o recurso precisará ser encaminhado à Câmara Municipal para abertura de crédito adicional, o que pode demandar alguns dias de tramitação. Ficou acordado que o conselho aguardará a liberação dos recursos para dar prosseguimento ao envio do plano de trabalho e cronograma atualizados, conforme exigências da prestação de contas. Sr. Vade Manoel, vereador eleito e representante da APODET, informou que o recesso da Câmara ocorre apenas em janeiro, portanto, caso o recurso entre em dezembro, será possível tramitar o pedido ainda em tempo hábil. Próxima questão, foi sobre o andamento da reformado CRAS Norte, Sr. Wilian, Secretário Adjunto apresentou informações sobre o estágio da obra, que se encontra com aproximadamente 80% de execução. Foi lembrado que já havia sido formada uma comissão de acompanhamento da reforma, composta por: Márcia, Carlos Eduardo (Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social), Clarice, Débora, Luciana. A comissão será mantida para acompanhar a finalização da reforma. Ficou definida uma visita técnica ao local no dia 10 de novembro (segunda-feira), às 9h, com transporte disponibilizado pela secretaria. Também foi informado que uma nova nota fiscal, no valor de **R\$ 59.232,72**, foi emitida referente à execução da obra, elevando o total investido até o momento para cerca de **R\$ 180.000,00**. Dada a palavra ao Sr. Luan, representante da APAE, este realizou uma explanação sobre a situação atual e os impactos das mudanças previstas no Fundeb. O representante da **APAE** deu continuidade à pauta, esclarecendo as possíveis implicações do Decreto nº 12.686, recentemente publicado e em processo de conversão em lei. Segundo informações repassadas pela Federação das APAEs, caso o decreto venha a ser transformado em legislação definitiva, os alunos atualmente atendidos pelas APAEs deverão ser transferidos para a rede regular de ensino, permanecendo nas APAEs apenas no formato de contraturno escolar. Foi salientado que essa alteração traria graves consequências para o funcionamento das instituições, uma vez que a APAE deixaria de receber o repasse do Fundeb, que hoje representa aproximadamente 60% de sua receita. Sem esse recurso, haveria redução do quadro de colaboradores e do número de atendimentos, afetando diretamente a qualidade e a continuidade dos serviços prestados. Destacou-se também que a rede regular de ensino não dispõe, atualmente, de estrutura adequada para receber e atender alunos com deficiências graves, o que pode gerar prejuízos pedagógicos e sociais significativos. O representante lembrou ainda que o financiamento da APAE não é composto apenas por recursos da educação, mas também por verbas da assistência social e recursos próprios da instituição. Aproximadamente 50% dos colaboradores são da área educacional, e o restante atua na gestão administrativa e na equipe mínima de assistência social, responsável pelo atendimento de reabilitação e apoio à

comunidade. Na sequência, a nova assistente social da APAE, Gabi, foi apresentada ao conselho, informando-se que a profissional Alessandra permanece na instituição, agora vinculada ao setor de educação. Ressaltou que as alterações em discussão podem afetar diretamente o financiamento das instituições especializadas, especialmente no que diz respeito ao atendimento educacional ofertado às pessoas com deficiência. Explicou que a possível redistribuição dos recursos e a mudança nos critérios de repasse podem gerar redução significativa no aporte destinado às APAEs, comprometendo a manutenção dos serviços, a oferta de atividades pedagógicas e o apoio multiprofissional. Mencionou que federações e representantes nacionais das APAEs estão em articulação junto ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional, em busca de adequações que evitem prejuízos às instituições e aos atendidos, garantindo a defesa dos direitos das pessoas com deficiência e a continuidade do financiamento adequado às entidades. Após finalizar este assunto, a presidente passou a palavra à conselheira, Márcia deu sequência à pauta tratando inicialmente sobre a Conferência Estadual de Assistência Social e, antes de avançar no tema, trouxe esclarecimentos sobre *Resolução 213 do CNAS, de 28 de outubro de 2025*, que trata dos benefícios eventuais no âmbito da Assistência Social. A conselheira explicou que o município já possui sua normativa própria elaborada, porém será necessário revisar e adequar o documento às novas diretrizes, dentro do prazo estabelecido. Ressaltou que, conforme a nova resolução, os benefícios eventuais passam a ser reafirmados como garantia de direitos, deixando de lado práticas assistencialistas ou interpretadas como caridade. Após revisão, o documento deverá ser apreciado e aprovado pelas instâncias competentes, seguindo o trâmite do Conselho. Na sequência, ela e o assistente social, Sr. Cláudio Bertolacini, deram prosseguimento ao assunto da Conferência Estadual de Assistência Social, destacando a importância da conferência como espaço de construção política e de reafirmação do SUAS. Sr^a Marcia ressaltou que, historicamente, as conferências têm papel central para reconduzir a política pública ao seu eixo original, especialmente diante das tentativas de desmonte que vêm sendo apontadas por conferencistas e pelo próprio CNAS nos últimos anos. Relatou sua experiência enquanto conferencista comentando sobre o processo de escolha do delegado e o orgulho de ver o representante do município Sr Cláudio, avançando até a etapa nacional. Ainda sobre a conferência, Cláudio falou a respeito do entendimento dos usuários dos serviços socioassistenciais, que estão cada vez mais orientados e cientes dos seus direitos. Márcia reforçou ainda, que estes têm direito garantido de acesso ao seu prontuário, podendo solicitar documentos ou consultar registros sempre que desejarem, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No tocante aos benefícios eventuais, ela enfatizou que estes devem ser compreendidos e executados como garantia de direitos, e não utilizados como instrumentos de política partidária, alertando para a gravidade de condicionamento político no acesso ao benefício. Ela ainda reforçou, que cabe aos técnicos e à rede socioassistencial assumir uma postura de defesa da política pública, garantindo que os benefícios eventuais sejam aplicados

conforme a legislação do SUAS e não como moeda de troca político-administrativa, destacando ainda que, enquanto essa compreensão não for consolidada, seguirá presente a sensação de fragilidade e desmonte do sistema. Neste tema, ela citou a necessidade da comissão de reorganização e atualização dos procedimentos dos benefícios eventuais, se reunir dando continuidade às discussões já iniciadas. Na sequência, Sr. Cláudio Bertolacini, falou sobre a **PEC 383/2017**, enfatizando sua relevância para o financiamento e fortalecimento das políticas públicas. Diante da importância do tema, a Presidente solicitou que seja encaminhado ofício à Câmara Municipal solicitando o apoio do Poder Legislativo à PEC. A conselheira Cláudia falou brevemente sobre o conteúdo referente ao eixo de Recursos Humanos, explanando sobre os principais desafios e recomendações debatidos no âmbito da conferência. Encerradas as discussões, a Presidente questionou sobre a situação da Casa da Mulher. Sr. Willian, Secretário Adjunto, informou que ainda serão feitos ajustes finais e que está sendo alinhada a parte jurídica referente à contratação da equipe técnica. Comunicou que os móveis já foram entregues e que a previsão é de inauguração e início de funcionamento no mês de dezembro. Finalizando os trabalhos, foi informado sobre a indicação de membros da Secretaria de Fazenda e Finanças, para compor este Conselho, sendo: Titular- Bianca Gabrielle de Oliveira e Suplente- Maria Concilia Serrão Correa; conforme será publicada posteriormente em Resolução; esta que alterará Resolução anterior, na qual não constava a referida indicação, haja visto o atraso no envio pela Secretaria em questão. Nada mais havendo para ser discutido a reunião foi encerrada e eu Amanda Maria Domingues Peixoto, Secretária Executiva, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim, pela Presidente.

Tatui/SP, 04 de novembro de 2025.



Amanda Maria Domingues Peixoto
Secretária Executiva do
Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS – Tatui/SP



Patrícia Elaine Vieira Conquista
Presidente do
Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS – Tatui/SP